

Após a catástrofe: a gestão da emergência e socorro no terramoto de 1755.

No terramoto de 1755, Lisboa ficou entregue ao seu fado, pois nunca tinha sido acautelado, tudo o que uma calamidade do desta natureza podia causar. O Estado assumiu de forma singular, a responsabilidade da gestão da emergência e socorro. O cuidado em criar uma cidade mais segura, foi precedida da preocupação em salvar os vivos e enterrar os que já tinham falecido.

Pretende-se, através de uma abordagem sistemática, por meio de recolha e avaliação crítica da documentação, dar a conhecer o socorro efetuado às vítimas do terramoto.

Da análise aos documentos coevos, concluímos que os governantes da época elaboraram e executaram um plano de emergência que, em vários pontos, se assemelha ao que existe nos nossos dias.

Assim, pretendemos demonstrar que a resposta de emergência à catástrofe foi pensada de uma forma moderna e racional, não sendo porém evidente que fosse claramente hierarquizada, tal como seria expectável atualmente. O sismo foi enfrentado com a ciência e a técnica da época, tendo sido tomadas medidas imediatas para garantir a saúde, a segurança e o alojamento dos cidadãos.

Palavras chave: terramoto, vítimas, socorro, emergência.

Abstract

After the disaster: the management of emergency and relief in the 1755 earthquake

In the earthquake of 1755, Lisbon was left to its devices, as it had never been cautioned about everything that a disaster of this nature could cause. The state assumed in a unique way, the responsibility for managing the emergency and rescue. The need to create a safer city was preceded by the concern to save the living and bury those who had already died.

It is intended, using a systematic approach, through the collection and critical evaluation of the documentation, to acknowledge the aid made to the victims of the earthquake.

Analysing the contemporary documents, we conclude that the rulers of the time developed and implemented an emergency plan that, at various points, is similar to what exists today.

Thus, we intend to demonstrate that the emergency response to the disaster had been designed in a modern and rational way, but it is not clear that was clearly hierarchical, as would be expected today. The earthquake was faced with the science and technology of the time, having been taken immediate steps to ensure the health, safety and property of citizens.

Keywords: earthquake victims, rescue, emergency

1. Introdução

A cidade de Lisboa aquando o terramoto do primeiro de novembro do ano de 1755, ficou entregue à sua sorte pois nunca tinha sido acautelado de forma alguma, quanto a tudo o que uma calamidade do género pudesse trazer para a população.

Na atualidade, todos os municípios elaboram um Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, sendo que este é um documento de trabalho que representa a sistematização de um conjunto de normas e regras de procedimento, destinadas a evitar ou a minimizar os efeitos de um acidente grave ou catástrofe que possa ocorrer numa determinada área ou em todo o Concelho (Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Matosinhos, 2010, p.1).

Nos atuais Planos o Diretor é o Presidente da Câmara Municipal que assume a direção das atividades de proteção civil, sendo substituído no caso de impedimento pelo Vereador da Proteção Civil. No ato de declaração da situação de alerta, deverá estar bem explícita a natureza do acontecimento que esteve na origem da declaração de alerta, o âmbito temporal e territorial, assim como a estrutura de coordenação a adotar e os meios e recursos que estarão disponíveis para fazer face à ocorrência.

Estes Planos têm como objetivos principais: providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe; definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil; definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a

desenvolver; coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes; minimizar a perda de vidas e bens, atenuando ou limitando os efeitos de acidentes graves ou catástrofes, e restabelecer o mais rápido possível as condições mínimas de normalidade (Plano Municipal de Emergência de Lisboa, 2012, pp. 5-6).

Sabemos também que os exercícios/simulacros fornecem às entidades envolvidas, e ao público em geral, competências e conhecimentos necessários para o desempenho das ações que lhes sejam conferidos. Os exercícios visam, de acordo com o objetivo delineado, melhorar a coordenação e mobilização das várias entidades intervenientes numa situação de emergência decorrente de desastres naturais, humanos ou sociais. Testam-se, assim, procedimentos, comunicações, avalia-se falhas mitigando deficiências, através da adopção de medidas preventivas ou corretivas. Esta área de atuação é uma componente essencial possibilitando uma rotina com os procedimentos a adoptar face a uma situação de emergência ou catástrofe traduzindo-se numa maior eficácia e rapidez perante uma situação real (Plano Municipal de Emergência de Lisboa, 2012, pp. 16-17).

Existe ainda um Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes usado como instrumento de suporte ao sistema de Proteção Civil para a gestão operacional em caso de um evento sísmico na região (Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Conselhos Limítrofes, [s.d.]).

No século XVIII Lisboa tinha já sentido vários tremores de terra ao longo da sua existência, nomeadamente em 1724 e 1750, mas as experiências passadas pouco ou nada ajudavam, principalmente na área das catástrofes naturais. O terramoto de 1755 veio pôr à prova a capacidade de planeamento e resolução de problemas de Marquês de Pombal.

Assim, pelo observado nos documentos coevos e pelos relatos apresentados, podemos dizer que os governantes da época elaboraram e executaram um plano de emergência para a cidade de Lisboa que em vários pontos se assemelha ao que existe nos nossos dias.

Ressalvando todas as diferenças, assimetrias estruturais e de cultura, empiricamente refletidas numa nova forma de pensar e uma outra sensibilidade, apresentamos aquilo que nos sugere ter sido, o planeamento e execução do socorro às vítimas do terramoto do primeiro de novembro de 1755.

2. Enquadramento Geral do Plano

Estando a primeira parte dos Planos de Emergência atuais reservada para o enquadramento, objetivos, ativação do Plano e exercícios podemos dizer que na segunda metade do século XVIII, apesar de não sistematizado desta forma, foi o que aconteceu em Lisboa.

Pelo que nos foi dado observar nos dados recolhidos nas fontes coevas, os objetivos de quem governava foram: providenciar as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos do terramoto; definir orientações relativamente ao modo de atuação das diferentes instituições/organismos intervenientes; coordenar as ações a desenvolver; coordenar as ações de apoio e minimizar a perda de vidas e bens restabelecendo o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade.

3. Organização da Resposta

No exercício de funções de responsável, Marquês de Pombal, para cumprimento da sua missão, assumiu a direção das operações de “proteção civil” tentando, na fase da emergência, estabelecer uma estreita articulação entre os agentes e os organismos de apoio e a fase da reabilitação que compreende o restabelecimento do funcionamento.

Depois de se ter verificado a necessidade de ativar toda a ajuda necessária para socorrer o povo de Lisboa, Marquês de Pombal de imediato, tomou várias providências com a divulgação de medidas para estabilizar a situação, tendo nos primeiros dias pós terramoto assinado muitos decretos.

A articulação e atuação dos agentes, organismos e entidades foi uma realidade, tendo, a seu lado, na execução das primeiras decisões, por cargo ou nomeação imediata, algumas das mais importantes personagens nas operações do socorro à população. Marquês de Alegrete, D. Miguel Fernando Teles da Silva, Presidente do Senado da Câmara, coordenou operações de apoio à população, inclusive assistência aos doentes (Mendonça, 1758, p. 142; Subtil, 2012, p. 209). O Duque de Lafões, D. Pedro de Bragança Sousa Tavares da Silva Mascarenhas, Regedor das Justiças e presidente do tribunal da Casa da Suplicação, coordenou os desembargadores que superentendiam os doze bairros da cidade nas operações de combate à criminalidade e recrutamento de

vagabundos e mendigos para a desobstrução das vias de circulação (Mendonça, 175, p. 144; Subtil, 2012, p. 209).

D. Diogo de Noronha, Marquês de Marialva (estribeiro-mor, Gentil-homem e Governador das Armas), ficou responsável pela proteção civil aos desalojados e defesa das praias com o apoio dos governadores dos fortes da barra de Lisboa. Para isso, fez deslocar para a capital do reino os regimentos de Setúbal, Cascais, Peniche, Évora, Elvas e Olivença (Lisboa, 1758, pp. 110-139; Subtil, 2012, p. 120).

O Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José Manuel da Câmara, teve a seu cargo a sepultura dos mortos e coordenação do trabalho das comunidades religiosas e dos serviços religiosos (Lisboa, 1758, pp. 52-54).

4. Áreas de Intervenção

Para cada uma das áreas de intervenção identificam-se de seguida as prioridades de acção, a estrutura de coordenação e a constituição e missão dos que atuaram no terreno.

4.1 Administração de meios e recursos

Estabeleceu-se um conjunto de procedimentos de coordenação das atividades de gestão administrativa e financeiras, inerentes à mobilização, requisição, utilização dos meios e recursos aquando da ativação do socorro a prestar à população. Sebastião de Carvalho visitou os locais mais afetados, acompanhando, desta forma, toda a gestão da situação promovendo uma avaliação objetiva dos acontecimentos junto dos locais atingidos. Emitiu inúmeros decretos, leu relatórios da polícia, recebeu correio, tomou nota de informações e para manter a segurança chamou para a capital os Regimentos de Infantaria de Setúbal, Peniche, Cascais e Dragões de Évora (Barros, 1882, p. 27; Mendonça, 1758, p. 143). Para diminuir os efeitos nefastos do incêndio que começou a devastar Lisboa e que durou vários dias, Marquês de Pombal ordenou que fossem retiradas das casas que lhe estavam perto, todo o material combustível de forma a limitar a sua propagação.¹ Reforçou o aparelho judicial, com o envio de desembargadores para todos os bairros da cidade com o intuito de evitar roubos e pilhagens e melhorar a distribuição dos géneros alimentares.²

4.2 Logística

¹ ANTT, *Hospital São José*, cx. 397, mç. 1, n.º 28.

² AML-AH, *Chancelaria Régia*, consultas, decretos e avisos, liv. 8, fl. 370.

Os governantes suspenderam o imposto sobre o peixe vendido desde Belém até Santarém. Para evitar a especulação dos preços, foi ordenado a Marquês de Alegrete que colocasse editais para que os custos dos comestíveis não ultrapassassem os praticados em outubro antes do terramoto (Lisboa, 1758, p. 62). Este pediu a todos os ministros das terras das duas margens do Tejo que mandassem vir toda a farinha e mais comestíveis para Lisboa. Assim, recolheu todo o tipo de alimentos disponíveis em armazéns, navios e outros locais que fossem encontrados, para que se pudessem distribuir pelo povo de forma ordeira.³

Foram convocados todos os padeiros e, com o material encontrado nas ruínas, foram fabricados fornos para que neles se fabricasse pão e se tentasse matar a fome ao povo sendo que em primeiro lugar se deviam satisfazer os que trabalhavam na recuperação da cidade (Lisboa, 1758, p. 60). Proibiu a saída dos habitantes de Lisboa para fora da cidade evitando deste modo a fuga da população. Os que conseguissem fugir e fossem encontrados seriam obrigados a regressar (Lisboa, 1758, p. 11 e 94).

Para os desalojados que tinham acampado nas praças e cercas dos conventos, nas praias e campos da cidade e em vários locais da capital, foram construídas barracas visando protegê-los do inverno que se tinha iniciado rigoroso e com repetidas chuvas. Para estas proteções, foi utilizada grande quantidade de pano que havia nos armazéns reais e que D. José I mandou emprestar. Foram também usados os panos das velas de navios que se encontravam na Ribeira das Naus e como não tivesse chegado, foi ainda usado o brin e lona que havia nas lojas de Lisboa e casas de estrangeiros (Sousa, 1928, p. 517). No Largo do Rato foram construídos numerosos abrigos deste género que aí ficaram durante décadas (Mendonça, 1758, p. 124).

4.3 Comunicação e Gestão da informação

Marquês do Pombal promoveu nos termos e ritmos que achou apropriados os avisos e a divulgação de medidas de autoproteção à população, afixando avisos e enviando cartas com resoluções do rei D. José I, ou determinando ações de punição ou outras, por infrações cometidas. Uma informação correta, atempada e pertinente, fundamenta uma apropriada gestão da emergência, traduzindo-se, em última instância, numa diminuição dos danos humanos, materiais e ambientais (Plano Municipal de Emergência de Lisboa, 2012, p. 63). Na Lisboa de setecentos, apenas uma voz se ouvia na gestão da

³ AML-AH, *Chancelaria Régia, consultas, decretos e avisos*, liv. 8, fl. 370.

emergência e para que as suas ordens chegassem a todos de uma forma eficaz foram colocados editais nas portas da cidade com as ordens que os habitantes de Lisboa deviam cumprir.⁴ Alguns alertavam para que os bens roubados após o primeiro de novembro, como por exemplo as jóias de ouro e prata, caso fossem encontrados, seriam restituídos aos donos (Mendonça, 1758, p. 145; Sousa, 1928, p. 13; Cardoso, 2013, pp. 47-59).

4.4 Procedimentos de Evacuação

A iminência de acidentes graves, nas casas ou locais que tinham resistido às primeiras investidas do terramoto, poderia levar à necessidade de se proceder à evacuação de determinadas zonas. Mas estes procedimentos estavam fora dos planos da coordenação de Marquês de Pombal, pois, não havia forma de evitar que as pessoas regressassem às suas casas com o intuito de reaverem alguns dos bens que tinham perdido. Também, porque de facto não era pretendido que as pessoas abandonassem Lisboa, pois se isso acontecesse não restaria ajuda para a reconstrução da capital, pois, como se veio a verificar, sua reedificação foi efetuada, principalmente nos primeiros tempos, muito à custa do auxílio da população (Lisboa, 1758, pp. 11 e 94). Apesar deste facto, foram construídas barracas para os desalojados, em locais menos afetados pelo terramoto, dentro da capital do reino (Sousa, 1928, p. 517). É aquilo a que hoje chamamos “áreas de refúgio”.

4.5 Manutenção da Ordem Pública:

Sabemos que compete às forças de segurança assegurar a ordem pública, delimitar perímetros de segurança e controlar o acesso às zonas sinistradas bem como garantir a segurança de infra estruturas sensíveis ou indispensáveis. Com o intuito de manter a ordem na cidade, Marquês de Pombal ordenou a Marquês Estribeiro Mor, a Marquês de Abrantes e ao General da Artilharia, para que, fazendo uso das tropas, artilheiros e demais material necessário, pudessem socorrer e zelar pela segurança do povo de Lisboa.⁵

Ainda com esse sentido, ordenou a execução sumária de todos os que fossem apanhados a roubar. Para isso, mandou colocar forcas pela cidade, onde foram

⁴ AML-AH, *Chancelaria Régia*, consultas, decretos e avisos, liv. 8, fls. 394-395.

⁵ AML-AH, *Chancelaria Régia*, *consultas decretos e avisos* liv. 8, fl. 366.

executados todos os que foram apanhados em flagrante delito, ficando os corpos lá colocados até serem consumidos pelo tempo.⁶

Marquês de Pombal ordenou ao Duque Regedor que se reunisse com os Desembargadores dos bairros para lhes pedir que prendessem todos os que tinham espalhado sugestões sob a aparência de profecias, com o intuito de cometerem roubos e outros delitos, assim que as pessoas abandonassem as casas com medo do que poderia ainda acontecer. Solicitou ainda aos mesmos Desembargadores que observassem a forma como viviam os seus habitantes e que caso levassem vidas ociosas deveriam ser colocados a trabalhar nas obras públicas da cidade. Também não era permitido que as pessoas com ofícios muito úteis naqueles dias usufríssem de um salário maior do que os que o estavam acostumados a receber (Mendonça, 1758, p. 145; Cardoso, 2013, p. 131).

Pelo facto de haver poucas casas que tivessem resistido ao terramoto e houvesse quem se quisesse aproveitar desse facto, foi ordenado que pelas casas ou, pelos terrenos que se arrendassem fosse cobrado o mesmo dinheiro que antes do tremor de terra (Mendonça, 1758, p. 146).

4.6 Serviços médicos e transporte das vítimas

O rei convocou com prontidão médicos, cirurgiões e enfermeiros para tratar os feridos que estivessem em casas de religiosos e outros locais da cidade, podendo para isso usar os fármacos e farmácia do hospital. Solicitou ainda apoio a todos os que pudessem auxiliar as equipas médicas, dando o exemplo com a sua própria família.⁷ Alguns fidalgos, juntamente com cirurgiões, andaram pelos campos a ajudar no tratamento de feridos.⁸ Eram vários os que aquando da chegada dos cirurgiões apresentavam já as feridas gangrenadas pouco havendo a fazer (Cardoso, 2013, p. 37). O Hospital Real de Todos os Santos quase ficou destruído no seu próprio dia e os doentes que resistiram foram levados para as cabanas do Rossio onde permaneceram por mais de três semanas. Foram erguidos hospitais provisórios em São Bento e na casa dos Almada e depois no Rossio e às Portas de Santo Antão enquanto se faziam as adaptações necessárias no edifício do Colégio de Santo Antão.⁹

⁶ AHM, *Secretaria de Estado dos negócios Estrangeiros e da Guerra*, cx 1, nº 1, doc. 55, fls 1, 2.

⁷ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, nº 26 (sem fólio). ANTT, *Hospital S. José*, cx. 397, mc. 1, nº 27, fl. 6.

⁸ ANTT, *Hospital de São José*, cx. 397, mc. 1, nº 27 (sem fólio).

⁹ ANTT, *Hospital de São José*, liv. 1479. ANTT *Hospital de São José* cx. 397, mc.1 nº31 (sem fólio).

4.7 Socorro e salvamento

Os que conseguiram andar refugiaram-se em lugares altos e alguns dos feridos foram deitados sobre camas de folhas (Chantal, 2005, p. 33). Mesmo sabendo que os riscos que corriam eram elevados, houve sobreviventes que tentaram retirar as pessoas dos escombros. Alguns doentes levantaram-se das suas camas, enquanto que alguns feridos se curavam em poucos dias sem médicos. Houve ainda pessoas com ferimentos menos graves que morreram por não haver quem as socorresse (Mendonça, 1758, p. 122). Os que tinham casas no campo e que não foram afetadas pela calamidade ofereceram sustento e habitação e muitos nobres com palácios fora de Lisboa dispuseram os seus terrenos para que os mais necessitados os ocupassem, tendo-os recebido e alojados no jardim, debaixo de barracas onde foram colocados colchões (Ratton, 1920, p. 21).

Jaziam pelas casas muitos doentes que haviam escapado às ruínas do terramoto mas cujos males os tinham incapacitado de sair do leito. Havia, entre estes, um grande número de pessoas com fraturas nos membros inferiores ou cujos membros se encontravam presos nos escombros e que esperavam socorro. Todas estas pessoas foram vítimas do fogo.¹⁰

Entre os nobres portugueses que ajudaram conta-se D. João de Bragança, primo do rei e irmão do Duque de Lafões, que tentou salvar várias pessoas tendo ajudado a enterrar muitos cadáveres. Monsenhor Sampaio, Prelado da Igreja Patriarcal, salvou muitas vidas entre as ruínas e fez com que outras fossem conduzidas aos hospitais. Durante várias semanas, sepultou 240 cadáveres (Pereira, 1756, pp. 4-5).

Das vítimas que se salvaram existem relatos de pessoas encontradas com vida depois de quatro dias, outro depois de sete dias e ainda uma pessoa nove dias após o terramoto. Para as cadeias de Lisboa, foram enviadas camas que se encontravam nos armazéns da Artilharia do Reino, para que se tratassem os encarcerados que tinham sobrevivido. Para estas instituições foram enviados medicamentos e alimentação (Lisboa, 1758, p. 92).

4.8 Serviços mortuários

Ao terceiro dia pós terramoto depois de se retirar alguns corpos dos escombros

¹⁰ ANTT, *Hospital São José*, liv. 1461.

começaram a ser cavadas as sepulturas. Para evitar os cheiros e a propagação de epidemias, alguns cadáveres foram cobertos com cal e foram queimados barris de alcatrão (Sousa, 1928, p. 770). Ao sétimo dia, o rei D. José I ordenou que todos os que tinham servido na casa dos Vinte e Quatro convocassem os seus respectivos artífices para colaborarem na causa pública e indispensável, de dar sepultura aos mortos e preservar a saúde dos vivos que se encontrava ameaçada com a corrupção dos corpos.¹¹

Muitos saíram dos conventos munidos de escadas e padiolas para benzer os corpos e enterrá-los o mais condignamente possível. Os relatos testemunham que passados dois a três anos ainda se desenterravam ossadas para que fossem trasladadas para cemitérios (Cameira, 2012, p. 328). Foi ordenado que se colocassem cadáveres em embarcações para que estas fossem conduzidas ao mar e afundadas, pois tornava-se impossível sepultá-los todos, antes da contaminação da área (Lisboa, 1758, p. 5; Cardoso, 2013, p. 132).

4.9 Auxílio psicológico/espiritual

Por incumbência do Cardeal Patriarca de Lisboa foram os religiosos que prestaram apoio espiritual. O mesmo Cardeal ordenou que se colocassem altares portáteis nos campos, para a realização do ofício religioso (Cardoso, 2013, p. 21 e p. 130). Todas as congregações de religiosas abriram as portas dos seus conventos e mosteiros recolhendo e alimentando centenas de famílias. Os padres promoveram, junto dos povos, procissões de Ação de Graças, penitências públicas e particulares, confissões e demais atos de virtudes (Chantal, 2005, p. 176).

As religiosas do Convento de Nossa Senhora de Belém foram enviadas pela cidade, juntamente com confessores, para que se ministrassem os sacramentos aos moribundos (Cameira, 2012, p. 328). Pregaram também muitos leigos, inclusive mulheres, pois todos temiam a ira divina e receavam que as réplicas destruíssem o que restara da cidade e das suas vidas (Mendonça, 1758, p. 119). As terapias mais usadas nos dias que se seguiram ao terramoto foram as orações e dentro ou fora das barracas (Cameira, 2012, p. 329).

5. Conclusão

¹¹ AML-AH, *Chancelaria Régia*, consultas, decretos e avisos, liv. 8, fls. 382-385.

Sintetizando, podemos dizer que a resposta de emergência ao fenómeno natural extremo que devastou Lisboa, foi pensada de uma forma moderna e racional não sendo, porém, evidente que a resposta ao desastre tenha sido claramente hierarquizada, tal como seria expectável na atual sociedade.

O sismo foi dessacralizado e enfrentado com as armas da ciência e da técnica da época tendo sido tomadas medidas imediatas para garantir a saúde, a segurança e o alojamento dos cidadãos (Lima, 2008, p. 25).

Os atos de culto foram preservados e o patriarcado foi ainda mobilizado para ajudar no esforço da reconstrução da cidade. Isto só foi possível porque à época, como agora, a sociedade incluía diferentes visões do mundo em conflito aberto.

Mas o poder em Portugal estava nas mãos de um representante de uma visão do mundo claramente minoritária na sociedade portuguesa. Desta forma o Estado, cujos sinais exteriores tinham ruído com o terramoto, renasceu, depois, forte e absoluto. Tal deveu-se à existência de um governante com ideias iluministas que soube utilizar a catástrofe e todos os meios de que dispunha para a construção de um Estado moderno.

Bibliografia.

BARROS, Francisco Lobo Correia de (1882) - *Altos feitos do Marquês de Pombal*. Lisboa: Typographia de Mattos Moreira & Cardoso.

CAMEIRA, Maria Cecília (2012) - Sacralização e práticas religiosas. In Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al.) - *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*. Lisboa: Direção Municipal de Cultura, Divisão de Gestão de Arquivos, p. 329.

CARDOSO, Arnaldo Pinto (2013) - *O terrível terramoto da cidade que foi Lisboa-correspondência do Núncio Fillipo Acciaiuoli: Arquivos secretos do Vaticano*. Lisboa: Alétheia.

CHANTAL, Suzanne (2005) - *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do terramoto*. Lisboa: Livros do Brasil.

LIMA, Maria Luisa Pedroso de (2008) - Tragédia, risco e controlo: Uma releitura psico-social dos testemunhos do terramoto de 1755. In *Análise social*, vol. XLIII (1º), p. 25.

LISBOA, Amador Patricio de (1758) - *Memorias das Principaes Providencias que se derão no Terremoto que padeceo a Corte de Lisboa no anno de 1755*. [s. l.].

MENDONÇA, Joachim Joseph Moreira de (1758) - *História universal dos terremotos, que tem havido no mundo, de que ha noticia, desde a sua criação até ao século presente*. Lisboa: Offic. de Antonio Vicente da Silva.

PEREIRA, António (1756) *Commentario Latino e Portuguez sobre o terramoto e incendio de Lisboa de que soy testemunha ocular*. Lisboa: Na oficina de Miguel Rodrigues.

PLANO ESPECIAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL PARA O RISCO SÍSMICO NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA E CONCELHOS LIMÍTROFES. Vol. I, Autoridade Nacional de Proteção Civil, [s.d.].

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE LISBOA (2012) - Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Proteção Civil.

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE MATOSINHOS (2010). Versão 3, parte I, Câmara Municipal de Matosinhos.

RATTTON, Jacome; Carvalho, Joaquim Martins Teixeira de (1920) - *Recordações sobre ocorrências do seu tempo de Maio de 1747 a Setembro de 1810*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

SOUSA, Francisco Luiz Pereira de (1928) - *O Terremoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*. Vol III. Lisboa: Tipografia do Comércio.

SOUSA, José de Oliveira Trovão (1755) - *Carta em que hum amigo dá noticia a outro do lamentavel successo de Lisboa*. Coimbra: Officina de Luis Secco Ferreyra.

SUBTIL, José (2012) - D. José: A herança e a mudança política. In Viegas, Inês Morais; Loureiro, Sara (et al), *Portugal Aflito e Conturbado pello terramoto do anno de 1755*. Lisboa: Direção Municipal de Cultura, Divisão de Gestão de Arquivos, p. 209.